



República de Moçambique
Ministério da Administração Estatal

PERFIL DO DISTRITO DE NACAROA PROVÍNCIA DE NAMPULA



Edição 2005

A informação incluída nesta publicação provém de fontes consideradas fiáveis e tem uma natureza informativa, não constituindo parecer profissional sobre a estratégia de desenvolvimento local. As suas conclusões não são válidas em todas as circunstâncias. Noutros casos, deverá ser solicitada opinião específica ao Ministério da Administração Estatal ou à firma MÉTIER - Consultoria & Desenvolvimento, Lda.

Série: Perfis Distritais

Edição: 2005

Editor: Ministério da Administração Estatal

Coordenação: Direcção Nacional da Administração Local

Copyright © 2005 Ministério da Administração Estatal.

Um resumo desta publicação está disponível na Internet em: <http://www.govnet.gov.mz/>

Assistência técnica: MÉTIER – Consultoria & Desenvolvimento, Lda

Um resumo desta publicação está disponível na Internet em: <http://www.metier.co.mz>

Índice

Prefácio	v
Siglas e Abreviaturas	vii
MAPA DA LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO DISTRITO	viii
1 Breve Caracterização do Distrito	2
1.1 Localização, Superfície e População	2
1.2 Clima e Hidrografia	2
1.3 Infra-estruturas	3
1.4 Economia e Serviços	5
2 História, Política e Sociedade	7
3 Demografia	9
3.1 Estrutura etária e por sexo	9
3.2 Traço sociológico	9
3.3 Línguas faladas	10
3.4 Analfabetismo e Escolarização	10
4 Habitação e Condições de Vida	12
5 Organização Administrativa e Governação	14
5.1 Governo Distrital	14
5.2 Reforma do sector público	16
5.3 Síntese dos resultados da actividade dos órgãos distritais	16
5.3.1 Agricultura, Ambiente e Desenvolvimento Rural	17
5.3.2 Educação e Saúde	18
5.3.3 Cultura, Juventude e Desporto	18
5.3.4 Mulher e Coordenação da Acção Social	18
5.3.5 Justiça, Ordem e Segurança pública	19
5.4 Finanças Públicas	19
5.5 Constrangimentos à acção do Governo Distrital	20
5.6 Participação comunitária	20
5.7 Apoio externo	21
6 Posse e Uso da Terra	22
6.1 Posse da terra	22
6.2 Trabalho agrícola	23
6.3 Utilização económica do solo	23
6.3.1 Agricultura	23
6.3.2 Pecuária e Avicultura	24
6.3.3 Produção não agrícola	24

7	Educação	25
8	Saúde e Acção Social	27
8.1	Cuidados de saúde e quadro epidémico	27
8.2	Acção Social	28
9	Género	29
9.1	Educação	29
9.2	Actividade económica e exploração da terra	29
9.3	Governança	30
10	Actividade Económica	31
10.1	População economicamente activa	31
10.2	Orçamento familiar	31
10.3	Segurança alimentar e estratégias de sobrevivência	32
10.4	Infra-estruturas de base	34
10.5	Agricultura e Desenvolvimento Rural	35
10.5.1	Produção agrícola e sistemas de cultivo	35
10.5.2	Pecuária	36
10.5.3	Pescas, Florestas e Fauna bravia	37
10.6	Indústria, Comércio e Serviços	37
	Anexo: Autoridade Comunitária no Distrito de Nacaroa	38
	Documentação consultada	39

Lista de tabelas

TABELA 1:	População por posto administrativo, idade e sexo, 1/1/2005	9
TABELA 2:	Agregados, segundo a dimensão e o tipo sociológico	9
TABELA 3:	População, segundo o estado civil e a crença religiosa	10
TABELA 4:	População, consoante o conhecimento de Português	10
TABELA 5:	População, por condição de alfabetização, 1997	11
TABELA 6:	Famílias, tipo de casa e condições básicas de vida	12
TABELA 7:	População, por condição de frequência escolar	25
TABELA 8:	População, por nível de ensino que frequenta	25
TABELA 9:	População, por nível de ensino concluído	26
TABELA 10:	Escolas, alunos e professores, 2003	26
TABELA 11:	Unidades de saúde, camas e pessoal, 2003	27
TABELA 12:	Indicadores de cuidados de saúde, 2003	27
TABELA 13:	População, por condição de orfandade, 1997	28
TABELA 14:	População deficiente, por idade e residência, 1997	28
TABELA 15:	Rede de estradas	34
TABELA 16:	Produção agrícola, por principais culturas: 2000-2003	36

Lista de figuras

FIGURA 1:	Famílias, por condições básicas de vida.....	12
FIGURA 2:	Habitações, por tipo de materiais usados	13
FIGURA 3:	Habitações, segundo a fonte de abastecimento de água.....	13
FIGURA 4:	Estrutura do orçamento distrital, 2004	19
FIGURA 5:	Estrutura de exploração agrária da terra	22
FIGURA 6:	Explorações e área, por culturas principais.....	23
FIGURA 7:	População, por nível de ensino que frequenta.....	25
FIGURA 8:	Indicadores de escolaridade, por sexos.....	29
FIGURA 9:	Quota das mulheres no trabalho agrícola e remunerado.....	30
FIGURA 10:	População activa, por ramo de actividade, 2005.....	31
FIGURA 11:	Consumo familiar, por grupo de produtos e serviços	32
FIGURA 12:	Distribuição das famílias, segundo o rendimento mensal	32



Prefácio



Com 800 mil km² de superfície e uma população de 19,5 milhões de habitantes, Moçambique inicia o séc. XXI, com exigências inadiáveis de engajamento de todos os níveis da sociedade e dos vários intervenientes institucionais e parceiros de cooperação, num esforço conjugado de combate à pobreza e desigualdade e de promoção do desenvolvimento económico e social do País.

Efectivamente, alcançar estes propósitos, num contexto de interdependência dos objectivos de reconstrução e desenvolvimento com os do crescimento, requer o empenho de todos os sectores, grupos e comunidades da sociedade moçambicana.

Na esfera da governação, esta exigência abrange todos os níveis territoriais e cada uma das instituições públicas, estando a respectiva política do Governo enunciada nos preceitos Constitucionais sobre a Descentralização e a Reforma do Sector Público.

A Lei dos Órgãos Locais, n.º 8/2003 de 27 de Março, ao estabelecer os novos princípios e normas de organização, competências e de funcionamento destes órgãos nos escalões de província, distrito, posto administrativo e localidade, dotou o processo de um novo quadro jurídico que reforça e operacionaliza a importância estratégica da governação local.

Neste contexto, o *Distrito* é um conceito territorial e administrativo essencial à programação da actividade económica e social e à coordenação das intervenções das instituições nacionais e internacionais. Avaliar o potencial distrital e o seu grau de sustentabilidade, bem como o nível de ajustamento do respectivo aparelho administrativo e técnico às necessidades do desenvolvimento local, é, pois, um passo primordial.

É, neste contexto, que o Ministério da Administração Estatal elaborou e procede à publicação dos Perfis dos 128 Distritos de Moçambique.

Fá-lo, numa abordagem integrada com o processo de fortalecimento da gestão e planificação locais, proporcionando – para cada distrito, no período que medeia 2000 a 2004 – uma avaliação detalhada do grau local de desenvolvimento humano, económico e social.

Estamos certos que este produto, apetrechará as várias Instituições públicas e privadas, nacionais ou internacionais, com um conhecimento de todo o país, que potencia o prosseguimento coordenado das acções de combate à pobreza em Moçambique.



República de Moçambique
Ministério da Administração Estatal

Efectivamente, entendemos os Perfis Distritais como um contributo para um processo de gestão que integra, por um lado, os aspectos organizacionais e de competências distritais e, por outro, as questões decorrentes do desenvolvimento e da descentralização nas áreas da planificação e da afectação e gestão dos recursos públicos.

A presidir à definição do seu conteúdo e estrutura, está subjacente a intenção de fortalecer um ambiente de governação:

- dominado pela visão estratégica local e participação comunitária;
- promotor da gradual implementação de modelos de negócio da administração distrital ajustados às prioridades da região, ao quadro de desconcentração de competências e ao sistema de afectação de recursos públicos; e
- integrado em processos de apropriação local na decisão e responsabilização na execução.

Para a sua elaboração, foram preciosos os contributos recebidos de várias instituições ao nível central e local, de que destacamos, todos os Governos Provinciais e Distritais, o Instituto Nacional de Estatística, o Ministério do Plano e Finanças, o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, o Ministério da Educação e o Ministério da Saúde.

A todos os intervenientes e, em particular aos Administradores de Distrito, que estas publicações sejam consideradas como um gesto de agradecimento e devolução. Uma menção de apreço, ainda, ao grupo MÉTIER, Consultoria e Desenvolvimento, pela assistência técnica prestada na análise da vasta informação recolhida.

A finalizar, referir que a publicação destes Perfis insere-se num esforço continuado, por parte do Ministério da Administração Estatal e da sua Direcção Nacional de Administração Local, de monitoria do desenvolvimento institucional da administração pública local e do seu gradual ajustamento às exigências do desenvolvimento e crescimento em Moçambique.

Entusiasmamos, pois, todas as contribuições e comentários que possam fazer chegar a essa Direcção Nacional, no sentido de melhorar e enriquecer o conteúdo futuro dos Perfis.

Maputo, 25 de Setembro de 2005.

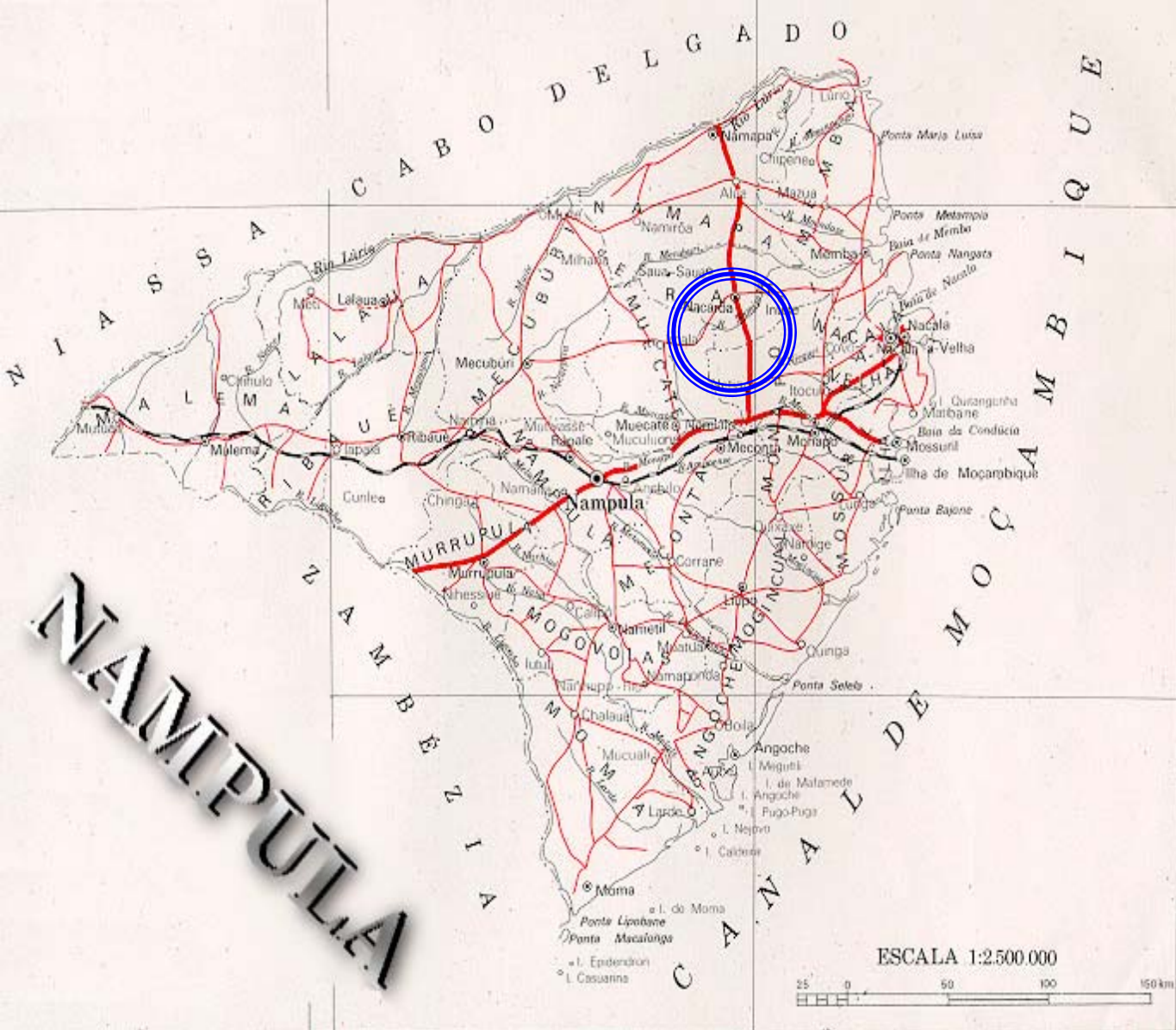
Lucas Chómera Jeremias

Ministro da Administração Estatal

Siglas e Abreviaturas

AD	Administração Distrital
DDADR	Direcção Distrital de Agricultura e Desenvolvimento Rural
DDMCAS	Direcção Distrital da Mulher e Coordenação da Acção Social
DNAL	Direcção Nacional da Administração Local
DNPO	Direcção Nacional do Plano e Orçamento
EDM	Electricidade de Moçambique
EN	Estrada Nacional
IAF	Inquérito aos agregados familiares, sobre o orçamento familiar
INE	Instituto Nacional de Estatística
IRDF	Inquérito às receitas e despesas das famílias
MADER	Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural
MAE	Ministério da Administração Estatal
MPF	Ministério do Plano e Finanças
PA	Posto Administrativo
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRM	Polícia da República de Moçambique
TDM	Telecomunicações de Moçambique
PSAA	Pequeno Sistema de Abastecimento de Água

MAPA DA LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO DISTRITO



1 Breve Caracterização do Distrito

1.1 Localização, Superfície e População

O distrito de Nacarôa está localizado na parte norte da Província de Nampula, confinando a Norte com o distrito de Eráti, a Sul com o distrito de Monapo, a Este com os distritos de Momba e Nacala-a-Velha e a Oeste com o distrito de Muecate.

Com uma superfície¹ de 2.726 km² e uma população recenseada em 1997 de 82.766 habitantes e estimada, à data de 1/1/2005, em 99.470 habitantes, este distrito tem uma densidade populacional de 36.2 hab/km².

A relação de dependência económica potencial é de aproximadamente 1:1.2, isto é, por cada 10 crianças ou anciões existem 12 pessoas em idade activa.

A população é jovem (44%, abaixo dos 15 anos de idade), maioritariamente feminina (taxa de masculinidade de 48%) e de matriz rural acentuada.

1.2 Clima e Hidrografia



Climaticamente a região é dominada por climas do tipo semi-árido e sub-húmido seco. A precipitação média anual varia de 800 a 1200 mm, enquanto a evapotranspiração potencial de referência (ET_o) está entre os 1300 e 1500 mm.

A precipitação média anual pode contudo, localmente, por vezes exceder os 1500 mm, tornando-se o clima do tipo sub-húmido chuvoso. Em termos da temperatura média durante o período de crescimento das culturas, há regiões cujas temperaturas excedem os 25°C, embora em geral a temperatura média anual varie entre os 20 e 25°C. A zona constitui a área de influência dos vales dos rios Mecúburi e Lúrio.

Corresponde às terras de altitudes compreendidas entre os 200 e 500 metros, de relevo ondulado, interrompido de quando em quando pelas formações rochosas dos “inselbergs”. Fisiograficamente a área é constituída por uma zona planáltica baixa que, gradualmente passa para um relevo mais dissecado com encostas mais declivosas intermédias, da zona subplanáltica de transição para a zona litoral.

Os dambos (ndabo nas línguas locais) são formas especiais dos vales, depressões hidromórficas suaves ou vales extensos, não profundos, sem escoamento de água na forma de uma linha de drenagem ou mesmo leito de rio. O escoamento superficial é lento e difuso para além de poder ainda beneficiar da contribuição do fluxo de água subterrânea, principalmente nas zonas cujos depósitos apresentam texturas grosseira e arenosa. Estas unidades de terreno são ainda características das áreas mais planas ao longo dos divisores de água dos rios.

A fisiografia é dominada pela alternância de interflúvios e os vales dos rios que, devido á sua largura, profundidade e posição (em relação aos rios), poderão alternar com dambos.

Os vales dos rios são dominados por solos aluvionares (Fluvisols), escuros, profundos, de textura pesada a média, moderadamente a mal drenados, sujeitos a inundação regular. Nos dambos encontram-se solos hidromórficos de textura variada, desde arenosos de cores cinzentas, arenosos sobre argila a solos argilosos estratificados, de cor escura (Mollic, Gleyic e Dystric Gleysols, e Haplic e Luvic Phaeozems).

Os topos e encostas superiores dos interfluvios são dominados por complexos de solos vermelhos e alaranjados (Rhodic Ferralsols, Chromic Luvisols), e amarelos (Haplic Lixisols e Haplic Ferralsols).

A maioria dos solos apresentam texturas média a pesada, sendo profundos, bem a moderadamente bem drenados. Nas encostas intermédias dos interflúvios os solos variam de cor, desde solos com cores pardo-acastanhada a castanho-amareladas, moderadamente bem drenados, com textura argilosa.

1.3 Infra-estruturas

O distrito de Nacaroa é atravessado pela EN 106, a mais importante via de ligação entre as províncias de Nampula e Cabo Delgado, e que faz parte do principal eixo rodoviário norte-sul do país. É servido por transporte rodoviário.

Apenas a via que liga Nacaroa-Muecate, numa extensão de 17 km foi reabilitada. A via Nacaroa-Memba também já sofreu obras de manutenção encontrando-se actualmente

¹ Direcção Nacional de Terras CADASTRO NACIONAL DE TERRAS <http://www.dinageca.gov.mz/dnt/>

intransitável, aguardando pela reconstrução das suas pontes. Com exceção de alguns troços das estradas Tabuane-Nacaroa e Nachere-Maheta, todas as outras vias estão transitáveis.

Em termos de telecomunicações, o distrito conta com ligações telefónicas e via rádio.

Em relação ao abastecimento de água potável as populações, foram abertas 57 fontes de água e 8 reabilitadas estando ainda 20 fontes por reabilitar de acordo com o programa da Visão Mundial, uma Organização não Governamental.

O acesso à água potável é uma necessidade fundamental e não completamente satisfeita no distrito. Dos 53 poços ou furos de que há registo, apenas 17 estão equipados com bombas, e só 12 estão operacionais. Pelo menos seis aldeias – Nagupo, Muhavone, Tetene, Inlocune, Namizaco, e Micubo-Chiço – não têm fontes de água nas suas proximidades, e a sua população é obrigada a abastecer-se em outras aldeias.

Apesar dos esforços realizados, importa reter que o estado geral de conservação e manutenção das infra-estruturas não é suficiente, sendo de realçar a rede de bombas de água a necessitar de manutenção, bem como a rede de estradas e pontes que, na época das chuvas, tem problemas de transitabilidade.

O distrito possui 45 escolas (das quais, 41 do ensino primário nível 1), e está servido por 5 unidades sanitárias, que possibilitam o acesso progressivo da população aos serviços do Sistema Nacional de Saúde, apesar de a um nível bastante insuficiente como se conclui dos seguintes índices de cobertura média:

- Uma unidade sanitária por cada 22 mil pessoas;
- Uma cama por 2.000 habitantes; e
- Um profissional técnico para cada 4.500 residentes no distrito.

Apesar dos esforços realizados, importa reter que o estado geral de conservação e manutenção das infra-estruturas não é suficiente, sendo de realçar a rede de bombas de água a necessitar de manutenção, bem como a rede de estradas e pontes que, na época das chuvas, tem problemas de transitabilidade.

1.4 Economia e Serviços

A agricultura é a actividade dominante e envolve quase todos os agregados familiares. Existem pequenas infra-estruturas de rega com capacidade para fazer irrigação de superfície e represas com potencial para irrigar pequenas áreas agrícolas.

A produção agrícola é feita predominantemente em condições de sequeiro, nem sempre bem sucedida, uma vez que o risco de perda das colheitas é alto, dada a baixa capacidade de armazenamento de humidade no solo durante o período de crescimento das culturas.

De uma forma generalizada pode-se dizer que a região é caracterizada pela ocorrência de três sistemas de produção agrícola dominantes. O primeiro corresponde à vasta zona planáltica baixa onde domina a consociação das culturas alimentares, nomeadamente mandioca/milho/feijões nhemba e boer, como culturas de 1ª época (época das chuvas) e a produção de arroz pluvial nos vales dos rios, dambos e partes inferiores dos declives. Na maioria da região, este sistema é característico do topo dos interflúvios, declives superiores e intermédios.

O segundo sistema de produção é dominado pela cultura pura de mapira, ocasionalmente consociada com milho e feijão nhemba. As culturas de meixoeira e amendoim podem aparecer em qualquer uma das consociações. A mandioca é a cultura mais importante em termos de área e é cultivada tanto em cultivo simples, como em cultivo consociado com feijão ou amendoim.

O algodão corresponde ao terceiro sistema de produção, e constitui a principal cultura de rendimento da região. Os três sistemas de produção agrícola aqui descritos ocorrem em regime de sequeiro. O sistema agro-silvícola do cajú, menos característico desta zona, chega, porém, a ser ocasionalmente dominante em alguns distritos (Monapo, Muecate, Mecuburi).

Somente em 2003, após o período de seca e estiagem que se seguiu e a reabilitação de algumas infra-estruturas, se reiniciou timidamente a exploração agrícola do distrito e a recuperação dos níveis de produção.

O fomento pecuário no distrito tem sido fraco. Porém, dada a tradição na criação de gado e algumas infra-estruturas existentes, verificou-se algum crescimento do efectivo pecuário.

Dada a existência de áreas de pastagem, há condições para o desenvolvimento da pecuária, sendo as doenças e a falta de fundos e de serviços de extensão, os principais obstáculos ao seu desenvolvimento.

As espécies mais importantes são as árvores de madeira preciosa e semi-preciosa, utilizadas industrialmente, como a umbila, o jambirre, a chanfuta e o moco, enquanto as mais pretendidas seriam árvores de fruta, nativas ou plantadas, como canhoeiros, mafurreiras, pessegueiros, massaleiras e toranjeiras. As árvores nativas são as mais utilizadas para lenha e produção de carvão. O distrito enfrenta problemas de erosão, particularmente em Saua-Saua e Nachere.

A caça constitui um suplemento importante na dieta das famílias, tendo também potencial para a caça com fins comerciais. Apesar de Nacaróa ser um distrito interior, o peixe é também incluído na dieta local, sendo proveniente dos numerosos rios que atravessam o distrito. Os animais selvagens mais importantes são: leões, leopardos, hienas, pala-palas e outros antílopes, javalis, porcos-do-mato, porcos-espinhos e outros animais menores.

A pequena indústria local (pesca, carpintaria e artesanato) surge como alternativa à actividade agrícola, ou prolongamento da sua actividade.

Nacaróa já está, de alguma forma, integrado nas redes regionais de mercado. A actividade comercial ainda é relativamente limitada, e o mercado para a maior parte dos produtos locais (agrícolas, pecuários, bens de consumo) está limitado ao próprio distrito. No entanto, ao distrito vêm alguns comerciantes de fora, provenientes de Nampula, Monapo e Namialo, para adquirir produtos locais.

Não existe nenhuma instituição bancária a operar no distrito, nem nenhum sistema formal de crédito em condições acessíveis aos operadores locais.

2 História, Política e Sociedade

A população de Nacarôa é oriunda da Província do Niassa, tendo atravessado as regiões dos actuais distritos de Malema, Lalaua e Ribaué, vindo fixar-se na zona de Meipa. Reza a história, que nesta zona de Meipa viveu um chefe comunitário muito respeitado e hospitaleiro conhecido por M'MARÊ.

Quando os primeiros portugueses se fixaram em Membra quiseram conhecer o tal chefe, tendo enviado um mensageiro solicitando que o mesmo comparecesse junto deles. O chefe recusou-se a comparecer, tendo o enviado regressado e comunicado aos portugueses que o chefe se havia recusado a comparecer (N'KINROWA) em língua local, o que significa – O rei não virá.

A partir daí, todos os habitantes da zona de Meipa passaram a ser chamados de “ANAKANRÔA”, passando a região a chamar-se Nacarôa, nome pelo qual o distrito passou a ser denominado.



A *liderança tradicional* é assegurada pelos seguintes representantes do poder ao nível da comunidade:

- Régulos e Secretários de Bairros;
 - Chefes de Grupos de Povoações;
 - Chefe da Povoação;
 - Chingore;
- Outras personalidades na comunidade respeitadas e legitimadas pelo seu papel social, cultural, económico e religioso.

Na liderança tradicional existe uma espécie de divisão de trabalho e de funções entre os diferentes líderes das comunidades. Assim, os Secretários têm hoje como função principal a mobilização da comunidade para as tarefas sociais e económicas. Os líderes tradicionais tratam principalmente dos aspectos tradicionais, tais como, cerimónias, ritos e conflitos sociais.

No âmbito da implementação do Decreto 15/2000 sobre as autoridades comunitárias de 1ª e 2ª linhas (régulos, chefes de terras e secretários de bairro), de acordo com as entidades provinciais e distritais, foi levado a cabo um trabalho de divulgação do mesmo em todos os

Postos Administrativos, Localidades, Aldeias e Povoações, tendo sido envolvidas todas as camadas sociais. Neste contexto, foram reconhecidos 6 régulos.

A relação entre a Administração do Distrito e as Autoridades Comunitárias é positiva e tem contribuído para a solução dos vários problemas locais, nomeadamente os surgidos devido aos conflitos de terras existentes no distrito e outros que caem no âmbito das suas competências, nomeadamente:

- Colaboração na manutenção da Paz e harmonia social;
- Articulação com os tribunais comunitários na resolução de conflitos de natureza civil, tomando em conta os usos e costumes locais;
- Mobilização e organização das populações para construção e manutenção de fontes de abastecimento de água e aumento da área de produção;
- Mobilização das comunidades locais na manutenção das vias de acesso, locais sagrados e construção de latrinas melhoradas;
- Educação cívica das comunidades sobre o uso sustentável e gestão de recursos naturais, incluindo a prevenção das queimadas descontroladas e caça ilegal;
- Mobilização e organização das populações para o pagamento do Imposto de Reconstrução Nacional;
- Mobilização dos pais e encarregados de educação para mandarem os seus filhos à escola, principalmente as raparigas; e
- Divulgação das Leis, deliberação dos Órgãos Locais do estado e outras informações úteis à comunidade.

Através dos líderes comunitários, as populações têm-se envolvido na busca de soluções para os problemas existentes, nomeadamente, no combate à criminalidade, em colaboração com a Polícia Comunitária, através da apreensão e denúncia de delinquentes; no combate ao cultivo, consumo e comercialização de estupefacientes (suruma); na abertura de vias de acesso; na confecção de tijolos no âmbito do programa de “*comida por trabalho*” e na abertura de poços comunitários usando material convencional ou local.

A *religião* dominante é a Muçulmana, praticada pela maioria da população do distrito. Existem outras crenças no distrito, sendo prática corrente que os representantes das hierarquias religiosa se envolvam, em coordenação com as autoridades distritais, em várias actividades de índole social.

3 Demografia



O distrito tem uma superfície de 2.726 km² e uma população, à data de 1/1/2005, de 99 mil habitantes. Com uma densidade populacional de 36 hab/km², estima-se que o distrito atinja, em 2010, os 108 mil habitantes.

3.1 Estrutura etária e por sexo

Com uma população jovem (44%, abaixo dos 15 anos) e um índice de masculinidade de 48%, este distrito tem uma matriz rural acentuada. A estrutura etária da população do distrito reflecte uma relação de dependência económica de 1:1.2, isto é, por cada 10 crianças ou anciões existem 12 pessoas em idade activa.

TABELA 1: População por posto administrativo, idade e sexo, 1/1/2005

	TOTAL	Grupos etários				
		0 - 4	5 - 14	15 - 44	45 - 64	65 e mais
DISTRITO DE NACAROA	99.470	19.983	24.083	42.987	10.163	2.255
Homens	48.136	10.012	12.642	19.349	4.995	1.138
Mulheres	51.333	9.970	11.441	23.637	5.168	1.116
P.A. de NACAROA	49.805	9.760	12.341	21.418	5.143	1.143
Homens	24.201	4.924	6.520	9.671	2.515	571
Mulheres	25.604	4.836	5.822	11.747	2.627	572
P.A. de INTETE	29.477	5.862	7.109	12.863	2.979	663
Homens	14.279	2.931	3.774	5.747	1.487	340
Mulheres	15.198	2.931	3.335	7.116	1.493	323
P.A. de SAUA SAUA	20.188	4.360	4.633	8.706	2.041	448
Homens	9.657	2.157	2.348	3.931	993	227
Mulheres	10.532	2.203	2.285	4.775	1.048	221

Fonte: Estimativa da MÉTIER, na base do INE, Dados do Censo de 1997.

3.2 Traço sociológico

Das 29.430 famílias do distrito, a maioria é do tipo sociológico alargado (75%), isto é, com um ou mais parentes para além de filhos e têm, em média, 3 a 5 membros.

TABELA 2: Agregados, segundo a dimensão e o tipo sociológico

% de agregados, por dimensão			Média de pessoas, por agregado		
1 - 2	3 - 5	6 e mais	TOTAL	< 15 anos	≥ 15 anos
34,1%	54,2%	11,7%	3,4	1,5	1,9
Tipo Sociológico de Agregado Familiar					
Unipessoal	Monoparental ⁽¹⁾		Nuclear		Alargado ⁽²⁾
	Masculino	Feminino	Com filhos	Sem filhos	
8,0%	0,7%	4,6%	8,4%	3,2%	75,1%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

1) Família com um dos pais.

2) Família nuclear ou monoparental com ou sem filhos e um ou mais parentes.

Na sua maioria casados, após os 12 anos de idade, têm forte crença religiosa, dominada pela religião Muçulmana.

TABELA 3: População, segundo o estado civil e a crença religiosa

Com < 12 anos	Com 12 anos ou mais, por Estado civil				
	Total	Solteiro	Casado ou união	Separado/ Divorciado	Viuvo
38,6%	61,4%	13,0%	42,8%	3,0%	2,7%
Com Crença Religiosa					
Total	Muçulmana	Católica	T. de Jeová	Evangélica	Outra
100,0%	38,3%	25,3%	21,1%	0,1%	15,3%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

3.3 Línguas faladas

Tendo por língua materna dominante o *Emakuwa*, 80% da população do distrito com 5 ou mais anos de idade não sabem português, sendo o seu conhecimento preferencial nos homens, dada a maior inserção na vida social e escolar e no mercado de trabalho.

TABELA 4: População, consoante o conhecimento de Português

	Sabe falar Português			Não sabe falar Português		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
DISTRITO DE NACAROA	19,8%	15,3%	4,5%	80,2%	34,5%	45,6%
5 - 9 anos	1,1%	0,6%	0,5%	17,1%	8,5%	8,5%
10 - 14 anos	3,1%	2,1%	1,0%	9,0%	4,7%	4,4%
15 - 19 anos	2,6%	1,9%	0,7%	8,3%	4,3%	4,0%
20 - 44 anos	10,6%	8,4%	2,2%	32,6%	11,7%	20,9%
45 anos e mais	2,5%	2,3%	0,1%	13,1%	5,4%	7,8%
P.A. de NACAROA	23,7%	17,8%	6,0%	76,3%	30,4%	45,9%
P.A. de INTETE	14,8%	11,9%	2,9%	85,2%	36,1%	49,1%
P.A. de SAUA SAUA	17,4%	14,2%	3,2%	82,6%	33,2%	49,4%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

3.4 Analfabetismo e Escolarização

Com 85% da população analfabeta, predominantemente mulheres, a taxa de escolarização no distrito é baixa, constatando-se que somente 33% dos habitantes² declaram que frequentam ou já frequentaram a escola.

Nacaroa



PÁGINA 10

TABELA 5: População, por condição de alfabetização, 1997

	Taxa de analfabetismo		
	TOTAL	Homens	Mulheres
DISTRITO DE NACAROA	85,0%	75,1%	94,2%
5 - 9	96,6%	95,8%	97,4%
10 - 14	78,8%	73,6%	85,2%
15 - 44	81,6%	67,1%	93,5%
45 e mais	88,3%	77,3%	99,1%
P.A. de NACAROA	81,8%	70,8%	91,9%
P.A. de INTETE	88,8%	80,2%	96,7%
P.A. de SAUA SAUA	87,8%	78,7%	96,0%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

² Com 5 ou mais anos de idade.

4 Habitação e Condições de Vida

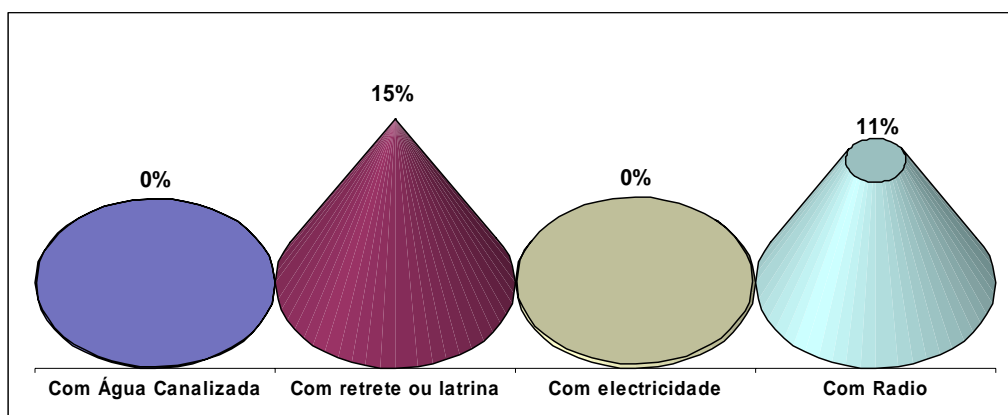


O tipo de habitação modal do distrito é “*a palhota, com pavimento de terra batida, tecto de capim ou colmo e paredes de caniço ou paus*”.

Em relação a outras utilidades, o padrão dominante é o de famílias “*sem rádio e electricidade, dispondo de 3 bicicletas em cada dez famílias, e vivendo em palhotas sem latrina e água colhida*

directamente em poços e furos ou nos rios e lagos”.

FIGURA 1: Famílias, por condições básicas de vida



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

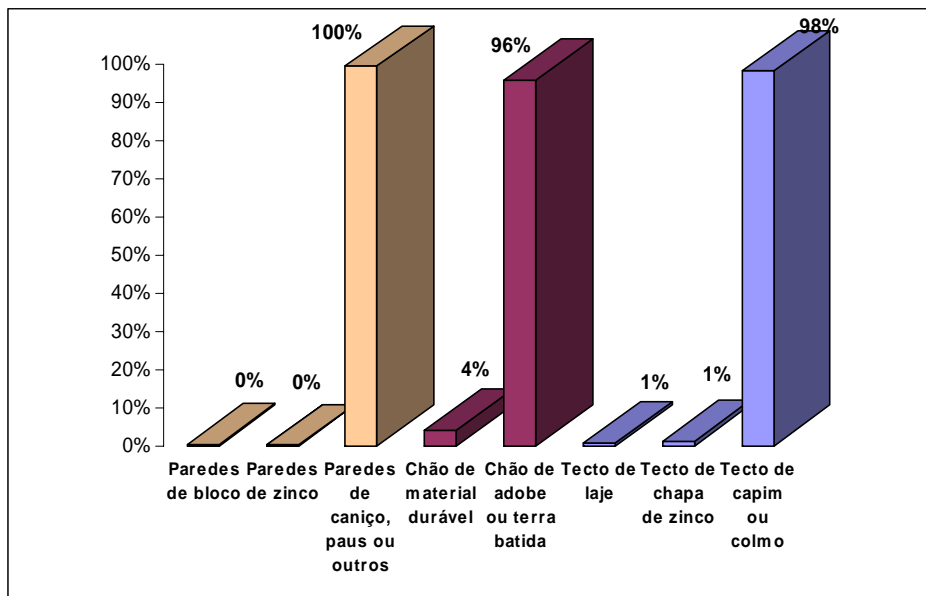
TABELA 6: Famílias, tipo de casa e condições básicas de vida

CONDIÇÕES BÁSICAS EXISTENTES	TIPO DE HABITAÇÃO							
	TOTAL		Moradia ou Apartamento		Casa de madeira e zinco		Palhota ou casa precária	
	Casas	Pessoas	Casas	Pessoas	Casas	Pessoas	Casas	Pessoas
Com Água Canalizada	0%	0%	4%	5%	20%	10%	0%	0%
Com retrete ou latrina	15%	17%	49%	51%	80%	70%	14%	17%
Com electricidade	0%	0%	8%	10%	20%	10%	0%	0%
Com Radio	11%	12%	32%	34%	40%	20%	11%	12%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

No que diz respeito às paredes, pavimento e tecto, o material de construção dominante é, respectivamente o caniço ou paus, a terra batida e o capim ou colmo.

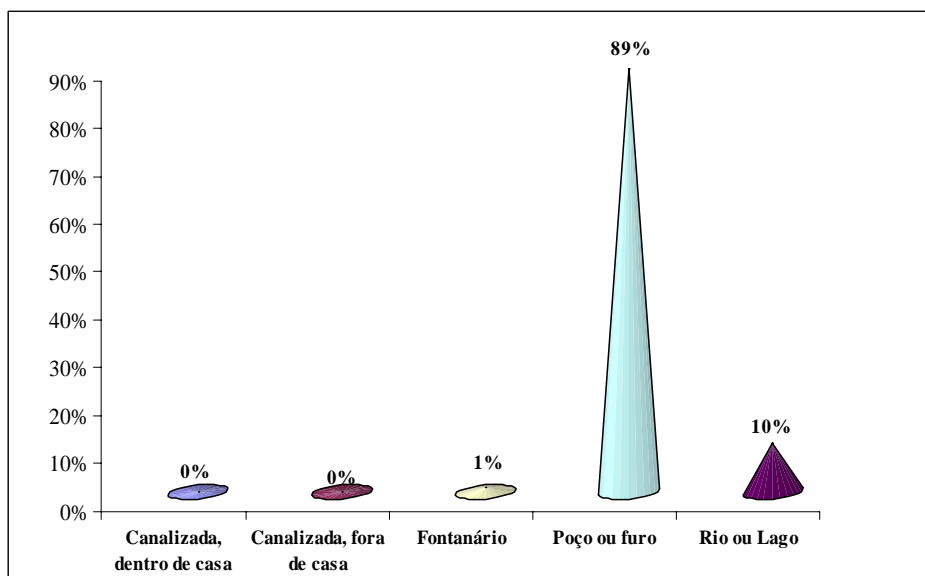
FIGURA 2: Habitações, por tipo de materiais usados



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

Em particular, no que concerne às fontes de abastecimento de água, verifica-se que na sua maioria a população do distrito é abastecida por poços e furos (80%) ou recorre directamente aos rios ou lagos (10%). Os pequenos sistemas de fontanários e de canalização, na sua maioria fora de casa, cobrem 14% das habitações, predominantemente no PA de Bilene-Macia e da Praia do Bilene.

FIGURA 3: Habitações, segundo a fonte de abastecimento de água



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

5 Organização Administrativa e Governação

O distrito tem três Postos Administrativos: Nacaroa-Sede, Intete e Saua-Saua que, por sua vez, estão subdivididos em 5 Localidades.

NACAROA
NACAROA - SEDE
NAPUTHA
INTETE
INTETE - SEDE
SAUA-SUA
SAUA-SUA - SEDE
MUCHICO

5.1 Governo Distrital



O Governo Distrital, dirigido pelo Administrador de Distrito, está estruturado nos seguintes níveis de direcção e coordenação:

- Gabinete do Administrador, Administração e Secretaria;
- Direcção Distrital da Agricultura e Desenvolvimento Rural;
- Direcção Distrital da Educação;
- Direcção Distrital da Saúde;
- Direcção Distrital da Cultura, Juventude e Desporto;
- Direcção Distrital das Mulher e Coordenação da Acção Social;
- Delegação do Registo Civil e Notariado;
- Comando Distrital da PRM.

Para além destes órgãos, estão também adstritos ao Governo Distrital, os seguintes organismos:

- Tribunal Judicial Distrital;
- Direcção das Prisões;
- Delegação Distrital de Coordenação da Acção Ambiental;
- Representação do INAS e do sector do Trabalho; e
- Direcção do SISE.

A gestão da vila, desde os serviços de higiene, salubridade e fornecimento de água potável é igualmente garantida pela Administração do Distrito.

Neste distrito existem Delegações da EDM-EP, TDM-EP, Correios de Moçambique, Posto da APIE.

Com um total de 32 funcionários (dos quais, 2 são mulheres), apresenta a seguinte distribuição por categorias profissionais:

■ Técnicos Médios	2
■ Assistentes Técnicos	4
■ Operários, Auxiliares Administrativos e Agentes de Serviço	6
■ Pessoal auxiliar	20

A Administração do Distrito levou a cabo a construção de 2 postos Administrativos que estão devidamente apetrechados com secretárias e cadeiras. Durante o quinquénio foram construídos neste Distrito, 15 edifícios de raiz e 4 reabilitações, estando ainda por reabilitar, a residência do senhor Administrador do Distrito. O Distrito recebeu 1 (um) tractor com um tanque para a manutenção das vias de acesso. No Distrito existem 3 carros, 29 bicicletas, 1 tractor, 15 motos e 7 rádios de comunicação.

No âmbito do alívio à pobreza, 6 cidadãos beneficiaram de um financiamento da Organização não Governamental denominada SNV, destinado à compra de mercadorias de consumo directo, peixe e fardos de roupa usada.

O sistema de governação vigente é baseado no Conselho Executivo. Em resultado da aprovação das Leis 6/78 e 7/78, este substituiu a Câmara Municipal local que era dirigida pelo Administrador do Distrito, por acumulação de funções, por força do artigo 491 da Reforma Administrativa Ultramarina (RAU).

O Conselho Executivo local é um órgão distinto do Aparelho do Estado no escalão correspondente, com as seguintes funções:

- Dirigir as tarefas políticas do Estado, bem como as de carácter económico, social e cultural.
- Dirigir, coordenar e controlar o funcionamento dos órgãos do Aparelho do Estado.

O Conselho Executivo é dirigido por um Presidente, que geralmente por acumulação de funções é o Administrador do Distrito, o qual é nomeado pelo Ministro da Administração Estatal.

Ao nível do distrito o Aparelho do Estado é constituído pela Administração do Distrito e restantes direcções e sectores distritais. O Administrador por sua vez responde perante o Governo Provincial e Central, pelos vários sectores de actividades do Distrito organizados em Direcções e Sectores Distritais.

A governação tem por base os Presidentes das Localidades, Autoridades Comunitárias e Tradicionais. Os Presidentes das Localidades são representantes da Administração e subordinam-se ao Chefe do Posto Administrativo e, conseqüentemente, ao Administrador Distrital, sendo coadjuvados pelos Chefes de Aldeias, Secretários de Bairros, Chefes de Quarteirões e Chefes de Blocos.

As instituições do distrito operam com base nas normas de funcionamento dos serviços da Administração Pública, aprovadas pelo Decreto 30/2001 de 15 de Outubro, do Conselho de Ministros, publicado no Boletim da república nº 41, I Série, Suplemento.

A actividade do governo distrital segue uma abordagem essencialmente empírica e de contacto com a comunidade. Importa que esta prática venha a ser sistematizada em sistemas de planificação e controlo regulares e fiáveis, bem como seja baseada numa visão estratégica que oriente o planeamento anual e faça convergir de forma eficaz os esforços sectoriais.

5.2 Reforma do sector público

O Decreto 30/2001 de 15 de Outubro, sobre a Reforma do Sector Público, está a ser implementado no distrito. Com efeito, este instrumento foi objecto de estudo pelos funcionários do Estado, de modo a garantir a sua correcta implementação pelos sectores.

Neste sentido, foram já emitidos crachás de identificação para os funcionários da Administração do Distrito e das Direcções do Governo Distrital.

5.3 Síntese dos resultados da actividade dos órgãos distritais

Nesta secção, sem pretender ser exaustivo e transcrever o rol de funções oficiais dos Governos Distritais aprovadas e publicadas oficialmente, focam-se as principais actividades de intervenção pública directa, realizadas no período 2000-2004, que contribuem para o desenvolvimento do distrito.

No essencial a actividade do Governo Distrital centrou-se nos seguintes objectivos e acções:

-
- Envolver as populações na busca de soluções para os problemas locais através de diálogo.
 - Estudar a viabilidade de alocação de equipamento as Administrações Distritais para a manutenção das vias.
 - Alargar a rede escolar e sanitária e melhorar a qualidade dos serviços prestados.
 - Promover o uso de material local de construção para a edificação de residências do Chefe de Posto Administrativo e outros funcionários do Estado.
 - Intensificar acções de fornecimento/capacitação técnico-profissional dos Funcionários em particular ao nível Distrital e de Posto Administrativo.
 - Melhorar os serviços prestados pelas Administrações Distritais tendo em conta que o cidadão constitui a razão da sua existência.
 - Melhorar o atendimento nas escolas Hospitais, Repartições do Estado, na tramitação do processo de pedidos de terra ,de Bilhetes de Identidade, etc.
 - Melhorar o sistema de colecta e registo de receitas nas Administrações Distritais.
 - Prestigiar a função de Administrador Distrital.

5.3.1 Agricultura, Ambiente e Desenvolvimento Rural

O distrito não tem enfrentado conflitos significativos pela posse da terra e outros recursos naturais.

De um modo geral, a agricultura no distrito é praticada em regime de consociação de culturas com base em variedades locais e, em algumas regiões, com o recurso à tracção animal e tractores.

O cenário de estiagem e seca caracterizado por chuvas irregulares e abaixo do normal criaram uma situação de insegurança alimentar, exigindo do Governo Distrital iniciativas enérgicas de mitigação, de que se destacam:

- Distribuição de sementes e utensílios agrícolas às vítimas das cheias;
- Reabilitação de valas de drenagem nas baixas do distrito;
- Fomento de batata-doce de polpa alaranjada; e
- Aquisição e distribuição de bovinos de fomento.

5.3.2 Educação e Saúde

O investimento no sector tem estado a crescer, elevando para 45 o número de escolas em 2003 (41 do ensino primário nível 1, 4 do nível 2), que são frequentadas por cerca de 16 mil estudantes ensinados por 340 professores.

O distrito está dotado de 1 Centro de saúde de nível I, 2 do nível II/III e 2 Postos de saúde, com um total de 56 camas e 24 técnicos e assistentes de saúde.

O crescimento da rede escolar e de saúde desde 2000 e a melhoria do atendimento do pessoal têm permitido aumentar o acesso da população aos serviços do Sistema Nacional de Educação e da Saúde que, porém, está ainda a um nível bastante insuficiente.

5.3.3 Cultura, Juventude e Desporto

Na área da cultura existem vários grupos que praticam diverso tipo de danças e cânticos típicos de toda a região.

No concernente à juventude, destaca-se a existência de grupos activistas e associações juvenis que se dedicam a motivar boas práticas entre os seus concidadãos.

Têm sido promovidas várias actividades, nomeadamente a participação no II Festival Nacional de Dança Popular, o fomento do associativismo juvenil e de grupos culturais, bem como o apoio ao desenvolvimento das artes plásticas, em particular a escultura.

5.3.4 Mulher e Coordenação da Acção Social

Nesta área o Governo Distrital tem promovido a integração e assistência social a pessoas, famílias e grupos sociais em situação de pobreza absoluta, dando prioridade à criança órfã, mulher viúva, idosos e deficientes, doentes crónicos e portadores do HIV-SIDA, reclusos, tóxico-dependentes, regressados e refugiados.

A acção nesta área tem sido coordenada com as organizações não governamentais, associações e sociedade civil, promovendo a criação de igualdade de oportunidades e de direitos entre homem e mulher em todos aspectos de vida social e económica, bem como a integração no mercado de trabalho, processos de geração de rendimentos e vida escolar.

Apesar dos esforços desenvolvidos, são ainda bem patentes no distrito os efeitos da pobreza, calamidades naturais e da guerra que assolou Moçambique nas últimas décadas.

5.3.5 Justiça, Ordem e Segurança pública

Os serviços de justiça no distrito estão representados por um conservador e uma conservatória do registo civil e por um assistente técnico.

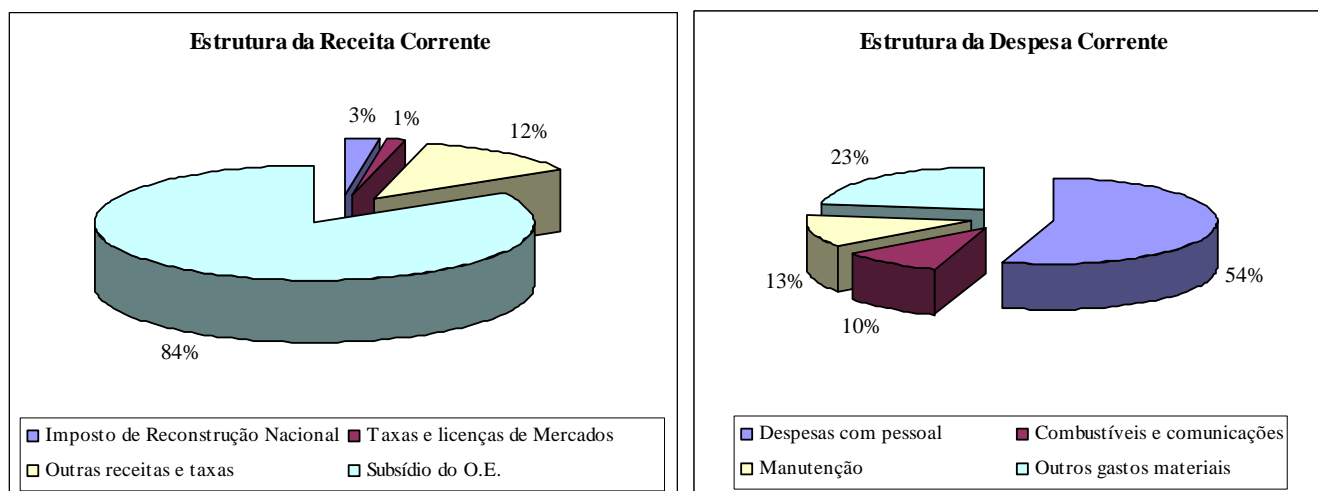
As preocupações com questões de segurança e ordem pública são mínimas, não existindo, actualmente, situações de risco de minas conhecidas neste distrito. Os assaltos, roubos e ofensas corporais são os crimes mais frequentes no distrito.

5.4 Finanças Públicas



A Administração do Distrito, sem inclusão das instituições subordinadas e unidades sociais, funcionou nos últimos anos com os seguintes níveis de receitas e despesas anuais.

FIGURA 4: Estrutura do orçamento distrital, 2004



Fonte: Administração do Distrito e Direcção Provincial do Plano e Finanças

O nível de receita é manifestamente insuficiente ao cabal exercício das funções distritais. A despesa corrente do orçamento distrital em 2004 foi de 14 contos por habitante.

Do lado da despesa, os gastos com pessoal absorvem metade do orçamento corrente do distrito e, à excepção das cobranças de mercados e algumas receitas de serviços, turismo e urbanismo, o esforço fiscal distrital é muito baixo.

Quanto ao investimento com financiamento de base distrital, o seu montante é pequeno, sendo quase todas as acções de investimento público planificadas e orçamentadas ao nível provincial, funcionando os principais sectores sociais com finanças geridas a este nível.

À governação distrital compete essencialmente a gestão corrente, fraccionada pela dispersão orçamental dos principais sectores sociais e de infra-estruturas, o que condiciona fortemente a sua actuação num esforço coordenado de desenvolvimento e integração.

5.5 Constrangimentos à acção do Governo Distrital

Face à situação financeira descrita, o Governo Distrital tem enfrentado vários constrangimentos à sua acção, de que se destacam os seguintes:

- Não alocação de fundos de investimentos para manutenção das vias de acesso;
- Falta de fundos de investimento para manutenção dos PS de Água e dos furos nas aldeias;
- Falta de infra-estruturas de educação e saúde para a população do distrito;
- Falta de viaturas para a Administração e de motorizadas para locomoção dos Chefes dos Postos Administrativos; e
- Ausência de um programa de construções para atender o crescimento do aparelho de estado.

As minas constituem ou constituíram, em algumas zonas identificadas, uma ameaça à segurança da população e ao desenvolvimento económico. A acção de desminagem em curso no país desde 1992, tem permitido diminuir o seu risco, sendo hoje a situação existente no país e neste distrito mais controlada e conhecida. Face às restrições orçamentais existentes, tem sido essencial para a prossecução da actividade do Governo Distrital e para o progresso do distrito, o envolvimento consciente e participação comunitária, e o apoio do sector privado e de vários organismos internacionais que operam neste distrito.

5.6 Participação comunitária

A participação comunitária tem sido essencial para suprir várias necessidades em matéria de construção, reabilitação e manutenção de infra-estruturas, nomeadamente estradas interiores, postos de saúde e escolas, bem como residências para professores e enfermeiros.

Para tal, o Governo Distrital tem estabelecido coordenação de acções com as ONG's, visando levar a efeito a reconstrução e construção de infra-estruturas com base em recursos locais e nos programas "comida pelo trabalho" financiados pelo PMA.

Para garantir o desenvolvimento do distrito, foi criada uma equipa técnica distrital, fruto do Plano de Desenvolvimento Distrital em Nacarôa aprovado na III Sessão Ordinária do Conselho Consultivo em Dezembro de 2002, de que resultou o financiamento de um fundo (FDD) no valor de 850 Milhões de Meticais para a construção do Posto Administrativo de Saua-Saua e reabilitação da estrada terciária de Chicamalala a Saua-Saua.

Foram criados os NAP's (Núcleo de Apoio à Polícia) e mobilizadas as populações para a denúncia da prática de crimes no seio das comunidades.

As populações participam no combate contra as queimadas descontroladas, participam nos comités de água, no aumento das áreas de cultivo e saneamento.

É activa a participação da população na construção das escolas, nomeadamente, das escolas primárias de Bacopo e Mercurcuni. Participação da população na elaboração de planos para o desenvolvimento do Distrito.

Foi formado um núcleo de combate à SIDA, formado por homens e mulheres e jovens orientados pelos elementos da Saúde.

5.7 Apoio externo

Na sua actuação, o Governo Distrital tem tido apoio de vários organismos de cooperação, que promovem programas sociais de assistência, protecção do ambiente e desenvolvimento rural, que desempenham um papel activo e importante no apoio à reconstrução e desenvolvimento locais, sendo de destacar a CARE no abastecimento de água rural, a ADRA e o PMA na distribuição de sementes, e a MSF-Bélgica no sector da saúde.

6 Posse e Uso da Terra ³



A informação deste capítulo tem por objectivo analisar os traços gerais que caracterizam a base agrária do distrito, de forma a permitir inferir sobre eventuais cenários de intervenção que reforcem o sector no contexto do processo de desenvolvimento distrital.

Apesar das reservas quanto à representatividade ao nível distrital dos dados do CAP, este capítulo permite avaliar os principais factores que fazem deste sector um veículo privilegiado de intervenção no desenvolvimento económico e social do país.

Referirmo-nos, entre outros, ao facto de:

- Ser a actividade dominante em praticamente todo o distrito;
- Esta actividade fazer parte dos hábitos e costumes da população;
- A actividade ser praticada pela maioria dos agregados familiares do distrito;
- Constituir a maior fonte de emprego e de rendimento da população;
- As condições naturais permitirem a prática da actividade.

6.1 Posse da terra

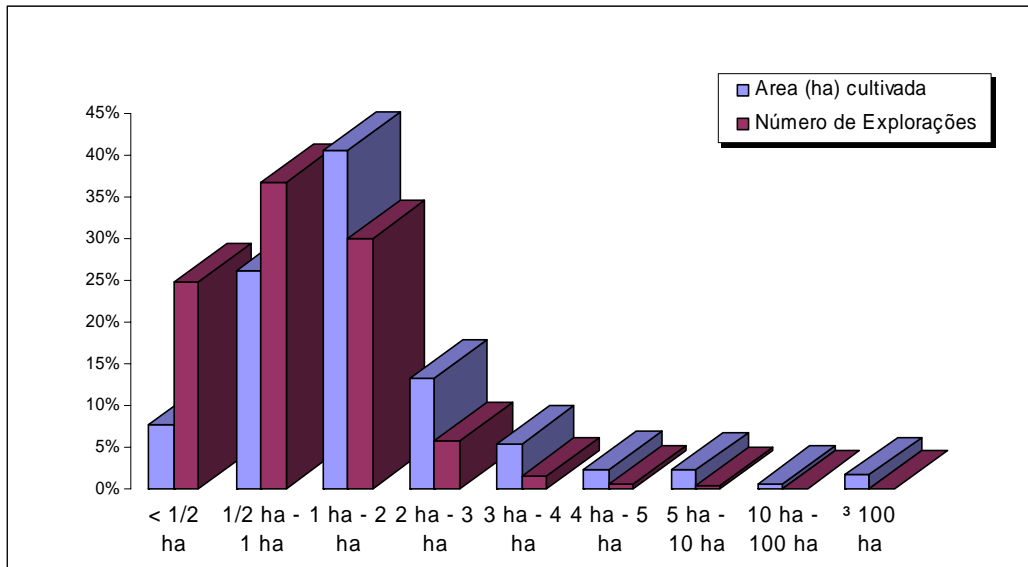
Este distrito possui cerca de 23 mil explorações agrícolas com uma área média é de 1 hectare. Com um grau de exploração familiar dominante, 62% das explorações do distrito têm menos de 1 hectare, ocupando somente 34% da área cultivada.

Este padrão desigual da distribuição das áreas fica evidente se referirmos que 26% da área cultivada pertence a somente 8% das explorações do distrito.

Na sua maioria os terrenos não estão titulados e, quando explorados em regime familiar, têm como responsável, em quase 75% dos casos, o homem da família.

FIGURA 5: Estrutura de exploração agrária da terra

³ Baseado em trabalho analítico da MÉTIER, suportado pelos dados do INE do Censo Agro-pecuário de 1999-2000. Apesar de se tratar de extrapolação s a partir duma amostra cuja representatividade ao nível distrital é baixa, considera-se que – do ponto de vista da análise da estrutura de uso e exploração da terra - os seus resultados são um bom retrato das características essenciais do distrito. Aconselha-se, pois, que mais do que os seus valores absolutos, este capítulo seja analisado tendo em vista absorver os principais aspectos estruturais da actividade agrária.



Fonte de dados: Instituto Nacional de Estatística, Censo agro-pecuário, 1999-2000

No que respeita à posse da terra, quase 95% das 71 mil parcelas em que estão divididas as explorações são tradicionalmente pertença das famílias da região, sendo transmitidas por herança aos filhos, ou estão em regime de aluguer ou de concessão do estado a particulares e empresas privadas. As autoridades tradicionais e oficiais detêm 5% das parcelas agrícolas do distrito.

6.2 Trabalho agrícola

A estrutura de exploração agrícola do distrito reflecte a base alargada da economia familiar, constatando-se que 84% das explorações são cultivadas por 3 ou mais membros do agregado familiar.

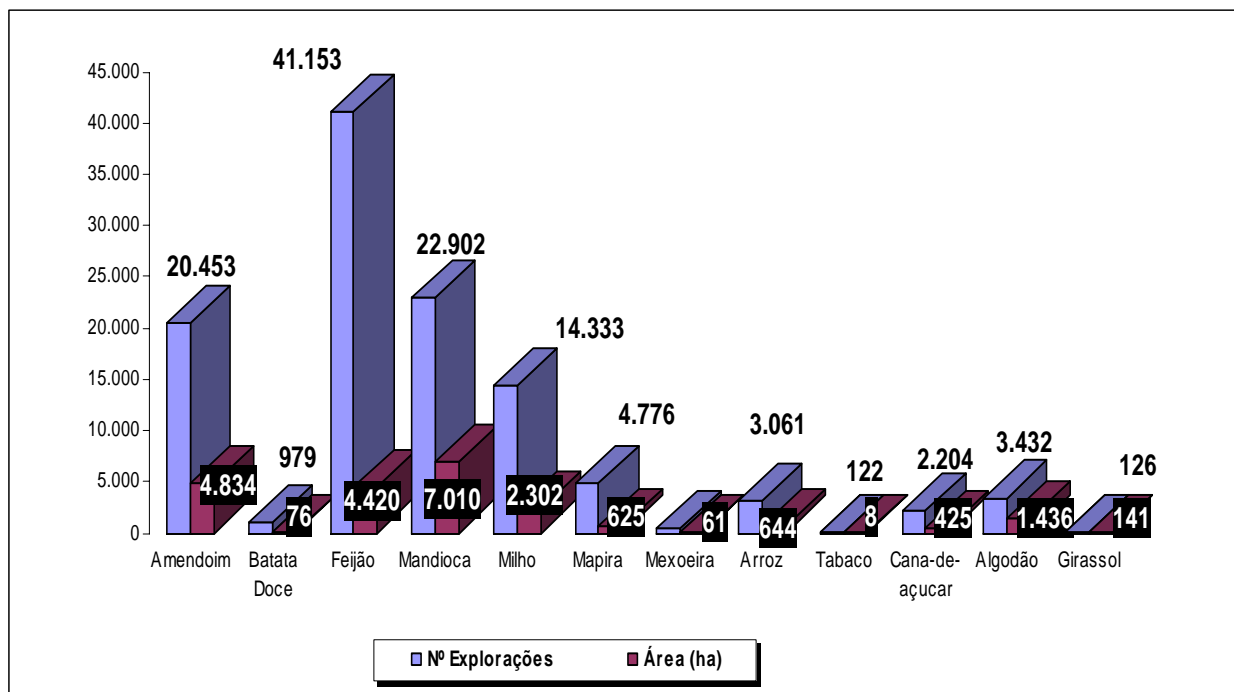
Estas explorações estão divididas em cerca de 71 mil parcelas, 73% com menos de meio hectare e exploradas em 53% dos casos por mulheres. De reter que, do total de agricultores, 35% são crianças menores de 10 anos de idade, de ambos os sexos.

6.3 Utilização económica do solo

6.3.1 Agricultura

A maioria da terra é explorada em regime de consociação de culturas alimentares, nomeadamente o milho, mandioca, feijão nhemba, amendoim.

FIGURA 6: Explorações e área, por culturas principais



Fonte de dados: Instituto Nacional de Estatística, Censo agro-pecuário, 1999-2000

Para além das culturas alimentares e de rendimento, o distrito tem um apreciável número de fruteiras e cajueiros.

6.3.2 Pecuária e Avicultura

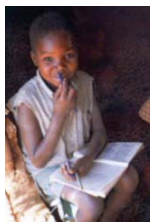
No distrito existem cerca de 6 mil criadores de pecuária e mais de 25 mil de avicultura, a maior parte em regime familiar.

Os dados disponíveis apontam para uma estrutura de produção relativamente mercantilizada, em que o nível de vendas varia de 8% nos caprinos a 15% nos suínos, constituindo uma fonte de rendimento familiar importante.

6.3.3 Produção não agrícola

Constitui igualmente uma fonte importante de rendimento familiar. Deriva, essencialmente, da venda de madeira, lenha, caniço e carvão, bem como da actividade de caça, pesca e artesanal, efectuada por um conjunto de centenas de explorações familiares.

7 Educação



Com 85% da população analfabeta, predominantemente mulheres, a taxa de escolarização no distrito é baixa, constatando-se que somente 33% dos habitantes⁴ frequentam ou já frequentaram a escola primária.

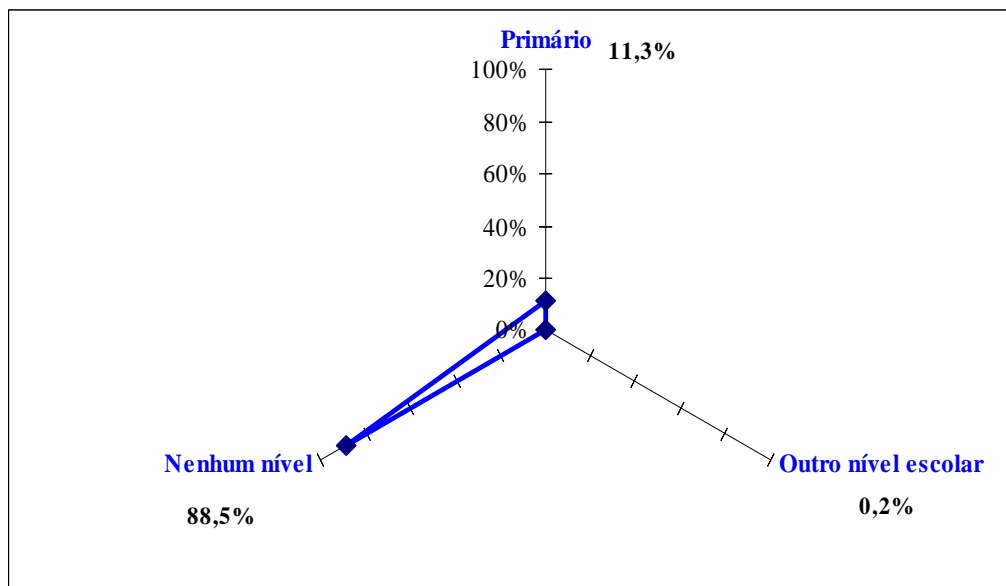
TABELA 7: População⁵, por condição de frequência escolar

	POPULAÇÃO QUE:								
	FREQUENTA			FREQUENTOU			NUNCA FREQUENTOU		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
DISTRITO DE NACAROA	11,5%	7,3%	4,2%	21,9%	14,3%	7,6%	66,6%	26,4%	40,2%
P.A. de NACAROA	11,8%	7,5%	4,4%	24,1%	15,5%	8,6%	64,1%	25,2%	38,9%
P.A. de INTETE	10,2%	6,4%	3,8%	17,1%	12,1%	5,0%	72,7%	29,5%	43,1%
P.A. de SAUA SAUA	12,8%	8,1%	4,7%	23,4%	14,7%	8,7%	63,8%	24,6%	39,2%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

A maior taxa de escolarização verifica-se no grupo etário dos 10 a 14 anos, onde 46% das crianças frequenta a escola, seguido do grupo de 5 a 9 anos, o que reflecte a entrada tardia na escola. Na sua maioria, os estudantes são rapazes a frequentar o ensino primário, dada a insuficiente / inexistente rede escolar dos restantes níveis de ensino nalgumas localidades.

FIGURA 7: População⁶, por nível de ensino que frequenta



Fonte de dados: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

TABELA 8: População⁷, por nível de ensino que frequenta

⁴ Com 5 ou mais anos de idade.

⁵ Com 5 ou mais anos de idade.

⁶ Com 5 ou mais anos de idade.

	NÍVEL DE ENSINO QUE FREQUENTA							Nenhum nível
	Total	Alfab.	Primário	Secund.	Técnico	C.F.P.	Superior	
DISTRITO DE NACAROA	11,5%	0,1%	11,3%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	88,5%
5 - 9 anos	19,8%	0,0%	19,8%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	80,2%
10 - 14 anos	46,2%	0,0%	46,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	53,8%
15 - 19 anos	16,1%	0,1%	15,7%	0,3%	0,0%	0,0%	0,0%	83,9%
20 - 24 anos	1,6%	0,2%	1,2%	0,2%	0,0%	0,0%	0,0%	98,4%
25 e + anos	0,8%	0,2%	0,6%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	99,2%
HOMENS	15,2%	0,1%	15,0%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	84,8%
MULHERES	8,2%	0,1%	8,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	91,8%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

Do total de população⁸, verifica-se que somente 6% concluíram algum nível de ensino.

Destes, 90% completaram somente o ensino primário e 5% o 1º grau do secundário.

TABELA 9: População⁹, por nível de ensino concluído

	NÍVEL DE ENSINO CONCLUÍDO							Nenhum
	TOTAL	Alfab.	Primário	Secund.	Técnico	C.F.P.	Superior	
DISTRITO DE NACAROA	6,4%	0,2%	5,7%	0,3%	0,0%	0,1%	0,0%	93,6%
5 - 9 anos	0,9%	0,0%	0,9%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	99,1%
10 - 14 anos	3,7%	0,0%	3,7%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	96,3%
15 - 19 anos	7,5%	0,1%	7,2%	0,2%	0,0%	0,0%	0,0%	92,5%
20 - 24 anos	10,1%	0,1%	9,2%	0,6%	0,0%	0,2%	0,0%	89,9%
25 e + anos	7,9%	0,4%	6,9%	0,3%	0,1%	0,2%	0,0%	92,1%
HOMENS	10,2%	0,2%	9,2%	0,5%	0,1%	0,2%	0,0%	89,8%
MULHERES	2,8%	0,2%	2,6%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	97,2%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

O baixo grau de escolarização reflecte o facto de, apesar da expansão em curso, a rede escolar e o efectivo de professores serem insuficientes e possuírem uma baixa qualificação pedagógica. Tais factos são agravados por factores socio-económicos, resultando em baixas taxas de aproveitamento e altas desistências, em algumas das localidades do distrito.

TABELA 10: Escolas, alunos e professores, 2003

NÍVEIS DE ENSINO	N.º de Escolas	N.º de Alunos		N.º de Professores	
		M	HM	M	HM
TOTAL DO DISTRITO	45	5,459	15,865	72	340
EP1	41	5,209	14,415	60	280
EP2	4	250	1,450	12	60

Fonte: Administração do Distrito e Direcção Provincial da Educação
EP1 - 1º a 5º anos; EP2 - 6º e 7º anos; ESG 1 - 8º a 10º Anos.

⁷ Com 5 ou mais anos de idade.

⁸ Com 5 ou mais anos de idade.

⁹ Com 5 ou mais anos de idade.

8 Saúde e Acção Social

8.1 Cuidados de saúde e quadro epidémico



A rede de saúde do distrito, apesar de estar a evoluir a bom ritmo, é insuficiente, evidenciando os seguintes índices de cobertura média:

- Uma unidade sanitária por cada 22 mil pessoas;
- Uma cama por 2.000 habitantes; e
- Um profissional técnico para cada 4.500 residentes no distrito.

TABELA 11: Unidades de saúde, camas e pessoal, 2003

Unidades, Camas e Pessoal existente	Tipo de Unidades Sanitárias					Pessoal existente por sexo		
	Total de Unidades	Hospital Rural	Centro de Saúde I	Centro de Saúde II/III	Postos de Saúde	HM	H	M
Nº de Unidades	5	0	1	2	2			
Nº de Camas	56	0	25	25	6			
Pessoal Total	27	0	16	9	2	27	14	13
- Licenciados	0	0	0	0	0	0	0	0
- Nível Médio	5	0	3	2	0	5	3	2
- Nível Básico	8	0	5	3	0	8	4	4
- Nível Elementar	11	0	6	3	2	11	5	6
- Pessoal de apoio	3	0	2	1	0	3	2	1

Fonte: Administração do Distrito e Direcção Provincial da Saúde

A Direcção Distrital de Saúde distribui regularmente por cada Centro de Saúde “Kits A e B” e pelos Postos de Saúde “Kits B”. A tabela seguinte apresenta, para o ano de 2003, a posição de alguns indicadores que caracterizam o grau de acesso e de cobertura dos serviços do Sistema Nacional de Saúde.

TABELA 12: Indicadores de cuidados de saúde, 2003

Indicadores	
Taxa de ocupação de camas	52.9%
Partos	775
Vacinação	41,859
Saúde materno-infantil	46,452
Consultas externas	71,015
Taxa de baixo peso à nascença	17.5%
Taxa de mau crescimento	10.8%

Fonte: Administração do Distrito e Direcção Provincial da Saúde

O quadro epidémico do distrito é dominado pela malária, diarreia e DTS e SIDA que, no seu conjunto, representam quase a totalidade dos casos de doenças notificados no distrito.

8.2 Acção Social

A integração e assistência social a pessoas, famílias e grupos sociais em situação de pobreza absoluta, dá prioridade à criança órfã, mulher viúva, idosos e deficientes, doentes crónicos e portadores do HIV-SIDA, tóxico-dependentes e regressados.

Neste distrito existem, segundo os dados do Censo de 1997, cerca de 3 mil órfãos (dos quais 30% de pai e mãe) e cerca de 3 mil deficientes (79% com debilidade física, 13% com doenças mentais e 8% com ambos os tipos de doença).

TABELA 13: População, por condição de orfandade, 1997

DISTRITO DE NACAROA	3.410
Homens	1.600
Mulheres	1.810
5 - 9 anos	793
10 - 14 anos	992
15 - 19 anos	1625
P.A. de NACAROA	1.648
P.A. de INTETE	1.100
P.A. de SAUA SAUA	661

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

TABELA 14: População deficiente, por idade e residência, 1997

Posto administrativo e Idade	TOTAL	Física	Mental	Ambas
DISTRITO DE NACAROA	1835	1457	235	143
0 - 14	385	269	65	51
15 - 44	921	728	129	64
45 e mais	529	460	41	28
P.A. de NACAROA	941	751	105	85
P.A. de INTETE	600	478	78	44
P.A. de SAUA SAUA	294	228	52	14

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

A acção social no distrito tem sido coordenada com as organizações não governamentais, associações e sociedade civil, promovendo a criação de igualdade de oportunidades e de direitos entre homem e mulher em todos aspectos de vida social e económica, bem como a integração no mercado de trabalho, processos de geração de rendimentos e vida escolar.

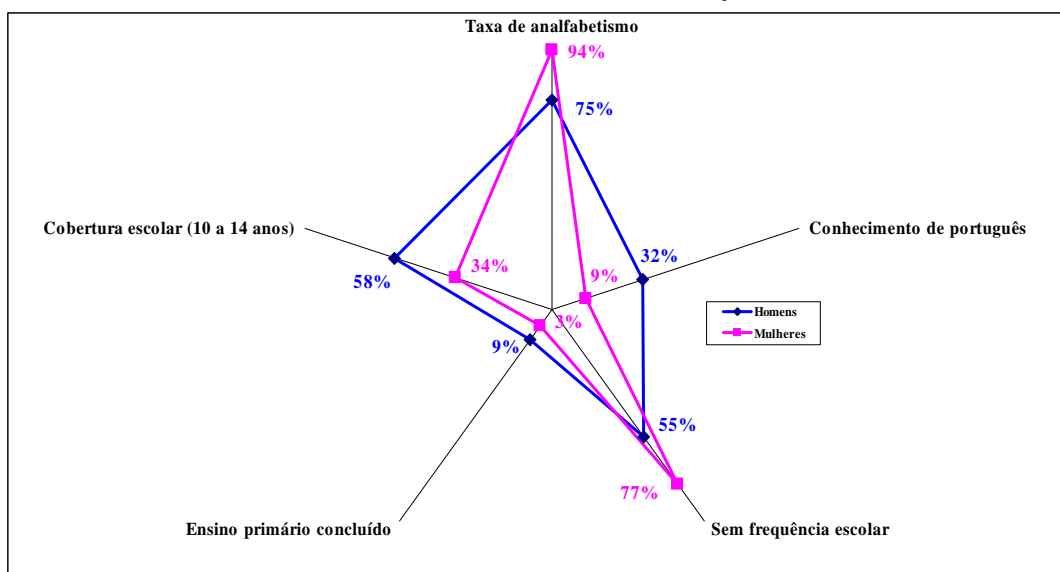
9 Género

O distrito tem uma população de 99 mil habitantes - 51 mil do sexo feminino - sendo 5% das famílias do tipo monoparental chefiados por mulheres.

9.1 Educação

Tendo por língua materna dominante o *Emakuma*, só 9% das mulheres tem conhecimento da língua portuguesa. A taxa de analfabetismo na população feminina é de 94%, sendo de 75% no caso dos homens. Das mulheres do distrito com mais de 5 anos, 77% nunca frequentaram a escola e somente 3% concluíram o ensino primário. A maior taxa de escolarização feminina ocorre no grupo etário dos 10 a 14 anos, em que 34% das raparigas frequentam a escola. Este indicador evidencia o baixo nível escolar e a entrada tardia na escola da maioria das raparigas, sobretudo nas zonas rurais.

FIGURA 8: Indicadores de escolaridade, por sexos



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

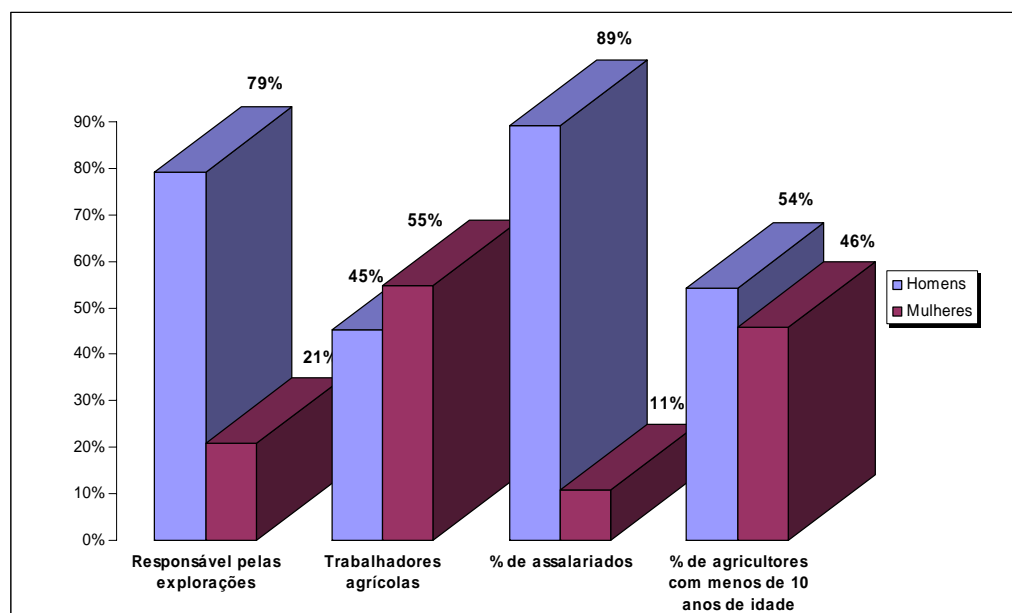
9.2 Actividade económica e exploração da terra

De um total de 51 mil mulheres, 30 mil estão em idade de trabalho (15 a 64 anos). Excluindo as que procuram emprego pela 1ª vez, a população activa feminina é de 25 mil pessoas, o que reflecte uma taxa implícita de desemprego de 18% (14% nos homens). As 24 mil explorações agrícolas do distrito estão divididas em cerca de 71 mil parcelas, na maioria com menos de meio hectare e exploradas, em mais de metade dos casos, por mulheres. De reter, que 38% do total de agricultores são crianças menores de 10 anos de idade, de ambos os sexos, das quais metade são raparigas.

Nacaróa



FIGURA 9: Quota das mulheres no trabalho agrícola e remunerado



Fonte de dados: Instituto Nacional de Estatística, Censo agro-pecuário, 1999-2000

A distribuição das mulheres activas residentes no distrito, de acordo com a posição no processo de trabalho e o sector de actividade, é a seguinte:

- Cerca de 99.3% são trabalhadoras agrícolas familiares ou por conta própria;
- 0.4% são empregadas ou vendedoras no sector comercial formal e informal ou trabalhadoras de outros serviços; e
- As restantes são, na maioria, produtoras artesanais ou empregadas em serviços industriais.

9.3 Governação



Ao nível do distrito tem-se privilegiado a coordenação das acções de algumas organizações não governamentais, associações e sociedade civil, promovendo a criação de igualdade de oportunidades e direitos entre sexos em todos aspectos de vida social e económica, e a integração da mulher no mercado de trabalho, processos de geração de rendimentos e vida escolar.

Esta coordenação recorre a mecanismos de troca de informação, diálogo e concertação da acção, evitando a sobreposição de actividades e racionalizando recursos de forma a melhorar a eficácia e eficiência das acções governamentais e das iniciativas da comunidade e do sector privado.

10 Actividade Económica

10.1 População economicamente activa

A estrutura etária da população reflecte uma relação de dependência económica aproximada de 1:1.1, isto é, por cada 10 crianças ou anciões existem 11 pessoas em idade activa.

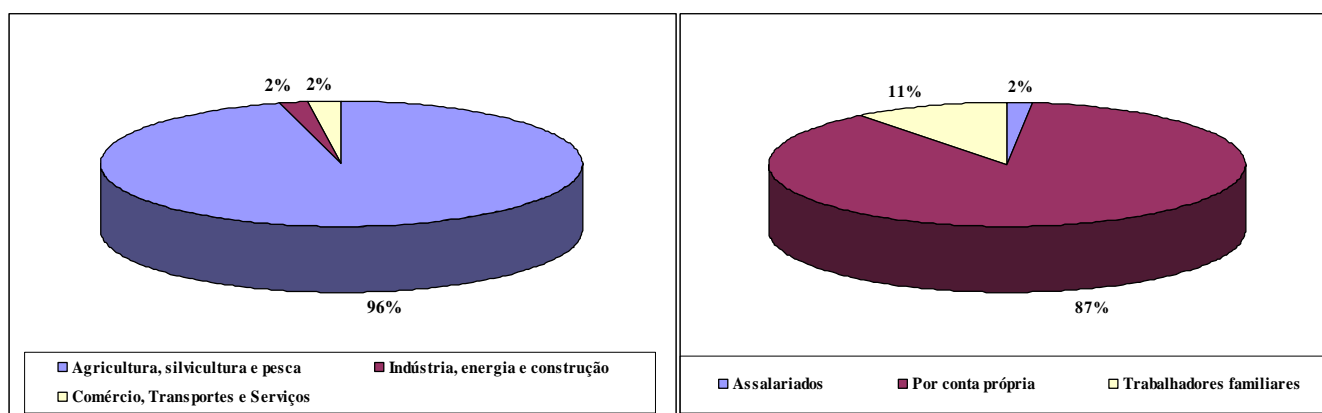
De um total de 99 mil habitantes, 55 mil estão em idade de trabalho (15 a 64 anos). Excluindo os que procuram emprego pela primeira vez, a população economicamente activa é de 47 mil pessoas, o que reflecte uma taxa implícita de desemprego de 16%.

Da população activa, 98% são trabalhadores familiares ou por conta própria, na maioria, mulheres. A percentagem de assalariados é somente de 2% da população activa, sendo - de forma inversa, dominada por homens (as mulheres representam apenas 11% do total de assalariados).

A distribuição da população activa segundo o ramo de actividade reflecte a dominância do sector agrário, que ocupa 96% da mão-de-obra do distrito.

Os sectores secundário e terciário ocupam, respectivamente, 2% e 2% dos trabalhadores, sendo dominados pela actividade de comércio formal e informal, que ocupa cerca de 2% do total de trabalhadores do distrito.

FIGURA 10: População activa¹⁰, por ramo de actividade, 2005



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

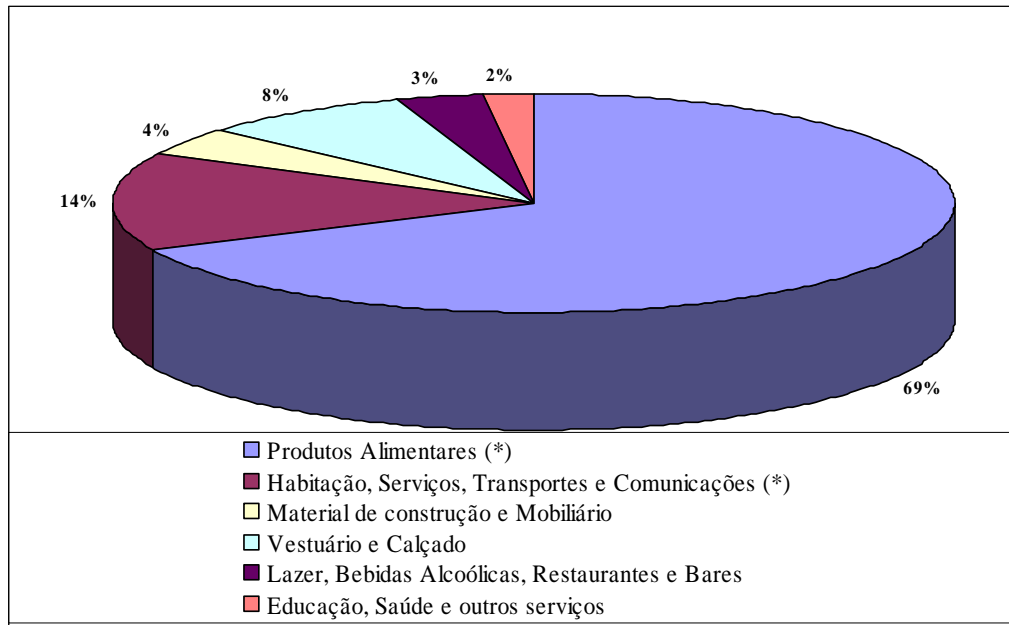
10.2 Orçamento familiar

Com um nível médio mensal de receitas familiares de 65% em espécie, derivados do

¹⁰ Com 15 anos ou mais, excluindo os que procuram emprego pela primeira vez.

autoconsumo e da renda imputada pela posse de habitação própria, a população do distrito apresenta um padrão de consumo concentrado nos produtos alimentares (68%) e nos serviços de habitação, água, energia e combustíveis (15%).

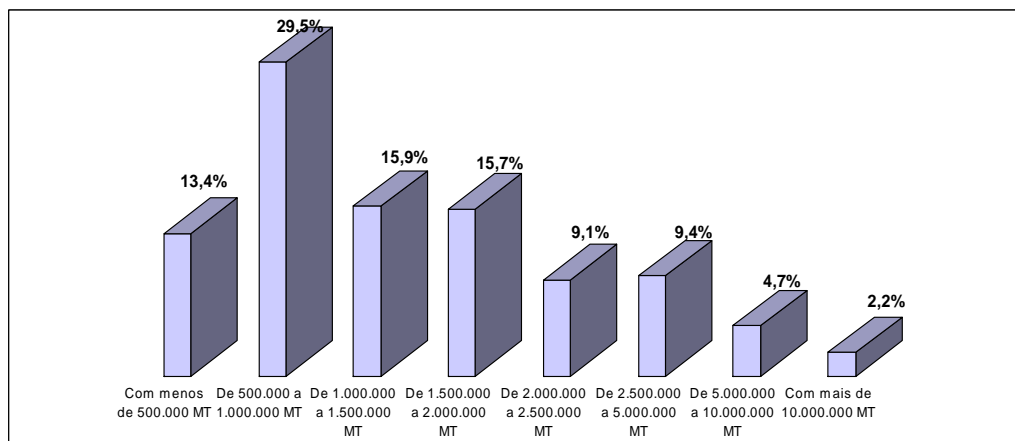
FIGURA 11: Consumo familiar, por grupo de produtos e serviços



(*) Inclui o autoconsumo da produção agrícola e a imputação da renda por posse de habitação própria
 Fonte: Instituto Nacional de Estatística, IAF - 2002/03.

Com variância significativa, a distribuição da receita familiar está concentrada nas classes baixas, com quase 60% dos agregados na faixa de rendimentos mensais inferiores a 1.500 contos.

FIGURA 12: Distribuição das famílias, segundo o rendimento mensal



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, IAF - 2002/03.

10.3 Segurança alimentar e estratégias de

sobrevivência



Este distrito tem sido alvo de calamidades naturais que afectam a vida social e económica da comunidade.

Estes desastres, associados à fraca produtividade agrícola, conduzem . de acordo com vários levantamentos efectuados por entidades credíveis¹¹ - a níveis de segurança alimentar de risco, estimando-se em 2,5 meses a média de reservas alimentares por agregado familiar de cereais e mandioca, o que coloca cerca de 5% da população do distrito, sobretudo os camponeses de menos posses, idosos e famílias chefiadas por mulheres, numa situação potencialmente vulnerável.

Efectivamente, dadas as tecnologias primárias utilizadas e, conseqüentemente, os baixos rendimentos das culturas, a colheita principal é, em geral, insuficiente para cobrir as necessidades de alimentos básicos, que só são satisfeitas com a ajuda alimentar, a segunda colheita, rendimentos não agrícolas ou outros mecanismos de sobrevivência.

Nos períodos de escassez, as famílias recorrem a uma diversidade de estratégias de sobrevivência que incluem a participação em programas de "comida pelo trabalho", a recolha de frutos silvestres, a venda de lenha, carvão, estacas, caniço, bebidas e a caça.

As famílias com homens activos recorrem ao trabalho remunerado nas cidades mais próximas, já que as oportunidades de emprego no distrito são reduzidas, dado que a economia ter por base, essencialmente, as relações familiares.

Para atenuar os efeitos desta situação, as autoridades distritais e o MADER lançaram um plano de acção para redução do impacto da estiagem incluindo sementes e culturas resistentes e introdução de tecnologias adequadas ao sector familiar.

As principais organizações que apoiam o distrito, sobretudo aquando de calamidades, são o PMA, o Departamento de Prevenção e Combate às Calamidades Naturais o Programa de Emergência de Sementes e Utensílios, a Save the Children e a Organização Rural de Ajuda Mútua, cuja actuação inclui a entrega de alimentos e a distribuição de sementes e de instrumentos agrícolas, no quadro de programas “*comida por trabalho*”.

¹¹ Nomeadamente, os Médicos sem fronteira.

10.4 Infra-estruturas de base

O distrito de Nacaroa é atravessado pela EN 106, a mais importante via de ligação entre as províncias de Nampula e Cabo Delgado, e que faz parte do principal eixo rodoviário norte-sul do país. É servido por transporte rodoviário.

Apenas a via que liga Nacaroa-Muecate, numa extensão de 17 km foi reabilitada. A via Nacaroa-Memba também já sofreu obras de manutenção encontrando-se actualmente intransitável, aguardando pela reconstrução das suas pontes. Com excepção de alguns troços das estradas Tabuane-Nacaroa e Nachere-Maheta, todas as outras vias estão transitáveis.

TABELA 15: Rede de estradas

Localização	Dimensão (km)	Classificação	Transitável (S/N)	Reabilitada (S/N)
Nacaroa - Memba	55	ER 516	não	não
Nacaroa - Muecate	17	ER 516	sim	sim
Chicambalda - Saua-Saua	47	NC	sim	não
Muenico - Nurero	30	NC	não	não
Namaquetoa - Nachere	29	NC	sim	não
Cruzam.Mugeba - Halaca	22	ER	sim	não
Tabuane - Nacaroa	9	n.d.	não	não
Nachere - Maheta	72	n.d.	não	não

Classificação: EN- Estrada Nacional; ER- Estrada Regional secundária, não alcatroada; NC- Não Classificada, estrada rural terciária.

Fonte: Administração do Distrito

Em termos de telecomunicações, o distrito conta com ligações telefónicas e via rádio.

Em relação ao abastecimento de água potável as populações, foram abertas 57 fontes de água e 8 reabilitadas estando ainda 20 fontes por reabilitar de acordo com o programa da Visão Mundial, uma Organização não Governamental.

O acesso à água potável é uma necessidade fundamental e não completamente satisfeita no distrito. Dos 53 poços ou furos de que há registo, apenas 17 estão equipados com bombas, e só 12 estão operacionais. Pelo menos seis aldeias – Nagupo, Muhavone, Tetene, Inlocune, Namizaco, e Micubo-Chiço – não têm fontes de água nas suas proximidades, e a sua população é obrigada a abastecer-se em outras aldeias.

A Água Rural, a GEOMOC (Geotécnica de Moçambique) e a Cooperação Suíça, têm organizado estágios de manutenção de bombas Afridev e Motor, destinados às autoridades distritais e aos líderes e membros das comunidades. A Água Rural disponibiliza peças sobressalentes para ambas as bombas e tem animadores a trabalhar no

sector.

As comunidades participam com contribuições monetárias para a compra de peças sobressalentes e para a segurança e limpeza das fontes existentes.

Apesar dos esforços realizados, importa reter que o estado geral de conservação e manutenção das infra-estruturas não é suficiente, sendo de realçar a rede de bombas de água a necessitar de manutenção, bem como a rede de estradas e pontes que, na época das chuvas, tem problemas de transitibilidade.

10.5 Agricultura e Desenvolvimento Rural

A agricultura é a actividade dominante e envolve quase todos os agregados familiares. Existem pequenas infra-estruturas de rega com capacidade para fazer irrigação de superfície e represas com potencial para irrigar pequenas áreas agrícolas.

10.5.1 Produção agrícola e sistemas de cultivo

De um modo geral, a agricultura é praticada manualmente em pequenas explorações familiares em regime de consociação de culturas com base em variedades locais.

A produção agrícola é feita predominantemente em condições de sequeiro, nem sempre bem sucedida, uma vez que o risco de perda das colheitas é alto, dada a baixa capacidade de armazenamento de humidade no solo durante o período de crescimento das culturas.

Algumas famílias empregam métodos tradicionais de fertilização dos solos como o pousio das terras, a incorporação no solo de restolhos de plantas, estrume ou cinzas. Para além das questões climáticas, os principais constrangimentos à produção são as pragas, a seca, a falta ou insuficiência de sementes e pesticidas.

De uma forma generalizada pode-se dizer que a região é caracterizada pela ocorrência de três sistemas de produção agrícola dominantes. O primeiro corresponde à vasta zona planáltica baixa onde domina a consociação das culturas alimentares, nomeadamente mandioca/milho/feijões nhemba e boer, como culturas de 1ª época (época das chuvas) e a produção de arroz pluvial nos vales dos rios, dambos e partes inferiores dos declives. Na maioria da região, este sistema é característico do topo dos interflúvios, declives superiores e intermédios.

O segundo sistema de produção é dominado pela cultura pura de mapira, ocasionalmente consociada com milho e feijão nhemba. As culturas de

meixoeira e amendoim podem aparecer em qualquer uma das consociações. A mandioca é a cultura mais importante em termos de área e é cultivada tanto em cultivo simples, como em cultivo consociado com feijão ou amendoim.

O algodão corresponde ao terceiro sistema de produção, e constitui a principal cultura de rendimento da região. Os três sistemas de produção agrícola aqui descritos ocorrem em regime de sequeiro. O sistema agro-silvícola do cajú, menos característico desta zona, chega, porém, a ser ocasionalmente dominante em alguns distritos (Monapo, Muecate, Mecuburi).

Somente em 2003, após o período de seca e estiagem que se seguiu e a reabilitação de algumas infra-estruturas, se reiniciou timidamente a exploração agrícola do distrito e a recuperação dos níveis de produção.

TABELA 16: Produção agrícola, por principais culturas: 2000-2003

Principais Culturas	Campanha 2000/2001		Campanha 2001/2002		Campanha 2002/2003	
	Área (ha) Semeada	Produção (Toneladas)	Área (ha) Semeada	Produção (Toneladas)	Área (ha) Semeada	Produção (Toneladas)
Milho	3,282	3,282	3,090	2,951	3,533	2,826
Arroz	398	290	1,106	1,006	1,445	1,329
Mapira	3,160	2,149	6,562	4,456	4,752	3,612
Amendoim	3,647	2,407	3,779	2,062	3,354	1,834
Mandioca	18,235	91,175	18,065	94,841	16,137	80,185
Feijões	2,918	1,313	2,092	933	2,950	1,384
Algodão caroço	5,471	2,188	6,260	2,817	875	350
Gergelim	200	100	643	321	1,119	504
TOTAL DO DISTRITO	37,311	102,904	41,597	109,387	34,165	92,024

Fonte: Administração do Distrito e Direcção Provincial de Agricultura

10.5.2 Pecuária

O fomento pecuário no distrito tem sido fraco. Porém, dada a tradição na criação de gado e algumas infra-estruturas existentes, verificou-se algum crescimento do efectivo pecuário.

Dada a existência de áreas de pastagem, há condições para o desenvolvimento da pecuária, sendo as doenças e a falta de fundos e de serviços de extensão, os principais obstáculos ao seu desenvolvimento.

Os animais domésticos mais importantes para o consumo familiar são as galinhas, os patos e os cabritos, enquanto que, para a comercialização, são os bois, os cabritos, os porcos e as ovelhas.

10.5.3 Pescas, Florestas e Fauna bravia

As espécies mais importantes são as árvores de madeira preciosa e semi-preciosa, utilizadas industrialmente, como a umbila, o jambirre, a chanfuta e o moco, enquanto as mais pretendidas seriam árvores de fruta, nativas ou plantadas, como canhoeiros, mafurreiras, pessegueiros, massaleiras e toranjeiras. As árvores nativas são as mais utilizadas para lenha e produção de carvão. O distrito enfrenta problemas de erosão, particularmente em Saa-Saa e Nachere.

Os frutos das laranjeiras, tangerineiras, papaieiras, mangueiras e cajueiros são consumidos frescos ou, no caso do caju, processados para bebidas tradicionais.

A caça constitui um suplemento importante na dieta das famílias, tendo também potencial para a caça com fins comerciais. Apesar de Nacaroa ser um distrito interior, o peixe é também incluído na dieta local, sendo proveniente dos numerosos rios que atravessam o distrito. Os animais selvagens mais importantes são: leões, leopardos, hienas, pala-palas e outros antílopes, javalis, porcos-do-mato, porcos-espinhos e outros animais menores.

10.6 Indústria, Comércio e Serviços

A pequena indústria local (pesca, carpintaria e artesanato) surge como alternativa à actividade agrícola, ou prolongamento da sua actividade.

Nacaroa já está, de alguma forma, integrado nas redes regionais de mercado. A actividade comercial ainda é relativamente limitada, e o mercado para a maior parte dos produtos locais (agrícolas, pecuários, bens de consumo) está limitado ao próprio distrito. No entanto, ao distrito vêm alguns comerciantes de fora, provenientes de Nampula, Monapo e Namialo, para adquirir produtos locais.

No sector do comércio formal, existem 31 lojas (8 inoperacionais). Existe, ainda, uma moageira. As serrações do distrito estão em reabilitação e possuem apenas equipamento para o corte e transporte de árvores, mas não para a sua transformação.

Não existe nenhuma instituição bancária a operar no distrito, nem nenhum sistema formal de crédito em condições acessíveis aos operadores locais.

Anexo: Autoridade Comunitária no Distrito de Nacarôa

(Fonte de dados: Direcção Nacional da Administração Local)

Nº	Nome completo	Designação Local de Aut. Comunitária	Sexo	Área de jurisdição			Data de Reconhecimento
				Posto Administrativo	Localidade	Regulado	
1	Jeremias Gaita	Régulo	M	Nacarôa		Caôa	25/06/02
2	Lauia Pedro	Régulo	M	Nacarôa		Mugela	10/07/02
3	Vasco Nacaia	Régulo	M	Saua-Saua		Muita	24/06/02
4	Benjamim Niuacherane	Régulo	M	Ineta		Rocha	24/07/02
5	Rafael Almeida dos Santos	Régulo	M	Ineta		Moria	26/06/02
6	Paiva Canseiro Mahia	Régulo	M	Ineta		Mahia	23/07/02



Documentação consultada

- Administração do Distrito, *Balanço de Actividades Quinquenal para a 4ª Reunião Nacional, 2004.*
- Administração do Distrito, *Perfil Distrital em resposta à metodologia da MÉTIER, 2004.*
- Direcção de Agricultura da Província de Nampula, *Balanço Quinquenal do Sector Agrário da Província de Nampula, Maio 2004.*
- Direcção de Agricultura da Província de Nampula, *Plano de Desenvolvimento do Sector Agrário da Província de Nampula, 2002.*
- Direcção Provincial da Educação de Nampula, *Relatório de Actividades, 2004.*
- Direcção Provincial de Saúde de Nampula, *Relatório de Actividades, 2004.*
- District Development Mapping Project, *Perfil Distrital, 1995.*
- Instituto Nacional de Estatística, *Anuário Estatístico da Província de Nampula, 2001.*
- Instituto Nacional de Estatística, *Anuários Estatísticos, 2000 a 2003.*
- Instituto Nacional de Estatística, *Dados do Censo agro-pecuário, 1999-2000.*
- Instituto Nacional de Estatística, *Dados do Inquérito às Receitas e Despesas dos Agregados Familiares, 2003 e 1997.*
- Instituto Nacional de Estatística, *Dados do Recenseamento da População de 1997.*
- Instituto Nacional de Estatística, *Estatísticas Sociais e Demográficas, CD, 2004.*
- J. du Toit, *Provincial Characteristics of South Africa, 2002.*
- Lourenço Rodrigues, MSc, *Experiência de Planificação Distrital de Alto Molocué, 1986.*
- MÉTIER,Lda, *Folhas Informativas dos 33 Municípios, 2000 e 1997.*
- MÉTIER,Lda, *Moçambique: Crescimento e Reformas, 2003..*
- MÉTIER,Lda, *Perfil de Descentralização de Moçambique, 2004.*
- Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural – Hidráulica Agrícola, *Levantamento dos Regadios, Relatório Final, Junho 2002.*
- Ministério da Educação, *Estatísticas Escolares, 2000 a 2003.*
- Ministério da Saúde, Direcção de Planificação e Cooperação, *Perfil*

Estatístico Sanitário da Província de Nampula, 2004.

Ministério do Plano e Finanças e Ministério da Administração Estatal, *Orientações para a elaboração dos Planos Distrais de Desenvolvimento, 1998.*

Ministério do Plano e Finanças, *Balanço do Plano Económico e Social de 2003, 2004.*

Ministério do Plano e Finanças, Gabinete de Estudos, DNPO, *Relatório sobre Pobreza e Bem-estar em Moçambique: 2ª Avaliação Nacional (2002-03).*

Ministério do Plano e Finanças, *Plano de Acção Para a Redução da Pobreza Absoluta (2001-2005), Conselho de Ministros, 2001.*

UN System, *Mozambique Common Country Assessment, 2000.*

UN System, *Mozambique – Millennium Development Goals, 2002.*

UNDAF, *Mozambique - Development assistance Framework, 2002-2006.*

UNDP, *Governance and local development, 2004.*

UNDP, *Poverty and Gender, 2004.*

UNDP, *Relatórios Nacionais do Desenvolvimento Humano, 1998 a 2001.*

UNDP, *Rural Regions: Overcoming development Disparities, 2003.*

UNDP, *Sustained local development, Senegal, 2004.*

Unidade de Coordenação do Desenvolvimento Integrado de Nampula, *Brochura Distrital e Municipal, 2003.*

Ville de Gatineau, Canadá, *Profil Economique, 2004.*

World Bank, *Poverty Monitoring Toolkit, 2004.*

World Bank, *Social Analysis Sourcebook, 2003.*

Série: Perfis Distritais
Edição: 2005

Editor: Ministério da Administração Estatal
Coordenação: Direcção Nacional da Administração Local
Copyright © Ministério da Administração Estatal
Um resumo desta publicação está disponível na Internet em <http://www.govnet.gov.mz/>

Assistência técnica: MÉTIER – Consultoria & Desenvolvimento, Lda
Um resumo desta publicação está disponível na Internet em <http://www.metier.co.mz>
Copyright © MÉTIER, Lda



MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO ESTATAL

Série “Perfis Distritais de Moçambique”

Edição 2005